



EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÕES AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

ANÁLISE DA ATUAÇÃO CONJUNTA DE EXTRATIVISTAS NA COLETA DO BABAÇU NA REGIÃO DOS COCAIS PIAUÍ

ANALYSIS OF THE JOINT OPERATION OF EXTRACTIVISTS IN THE BABASSU COLLECTION IN THE COCAIS PIAUÍ REGION

Agnelo Matos de Moura Filho¹
Francisco de Tarso Ribeiro Caselli²
Geordy de Souza Pereira³
Letícia Vilarinho Santos Barbosa⁴

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo identificar características das organizações associativas de quebradeiras de coco babaçu, delimitando suas características, seu enquadramento entre os modelos de organização do terceiro setor no Brasil e os benefícios da adoção destes modelos para a população extrativista do coco babaçu no estado do Piauí. A estratégia de pesquisa foi o estudo de caso múltiplo de modo explanatório e analítico. A coleta de dados foi por meio de entrevista não estruturada junto aos gestores das organizações e um questionário semiestruturado aplicado junto às quebradeiras de coco. Realizou-se uma análise da estrutura organizacional dessas sociedades empresariais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Extrativismo, Babaçu.

ABSTRACT

This research aims to identify characteristics of the associative organizations of babassu coconut breakers, delimiting their characteristics, their framing between the organization models of the third sector in Brazil and the benefits of adopting these models for the extractive population of babassu coconut in the state of Piauí. The research strategy was a multiple case study in an explanatory and analytical way. Data collection took place through an unstructured interview with the managers of the organizations and a semi-structured

¹ Especialista em Logística e Distribuição (UFPI).

² Doutor em Ciências do Ambiente (UFPI).

³ Doutor em Engenharia Mecânica (UNICAMP).

⁴ Doutor em Engenharia Mecânica (UNICAMP).

questionnaire applied to the coconut breakers. An analysis of the organizational structure of these business societies was carried out.

Keywords: Sustainable Development, Extraction, Babassu.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Wunder (1998) o setor extrativista possui grande visibilidade internacional pelo potencial que lhe é atribuído para a utilização sustentável das florestas tropicais e de outros ecossistemas naturais, como a colheita de produtos não madeireiros em reservas extrativistas. Neste contexto o babaçu recebe destaque. Atualmente o babaçu tem espaço de complementação da renda das famílias onde, segundo May (2000), esta renda possui maior importância na entressafra das culturas anuais, período em que chega a responder por 42% de toda a receita.

Como forma de combater o desemprego (principalmente no período da entressafra), alguns trabalhadores passaram a se organizar em associações e cooperativas (empresas privadas de gestão coletiva), conhecidas como terceiro setor. As principais organizações do terceiro setor são: associações, cooperativas, organizações não-governamentais, organizações sociais e organizações da sociedade civil de interesse público. Nesse contexto o presente trabalho buscou identificar características das organizações associativas de quebradeiras de coco babaçu e suas contribuições para a população extrativista no estado do Piauí.

2 ECONOMIA DO BABAÇU

Através do beneficiamento do babaçu, percebeu-se que o fruto todo é aproveitado e, com a ausência dos atravessadores, o valor recebido por quilo de amêndoa, para associadas e não associadas, é superior ao oferecido pelo mercado (DE ARAÚJO JUNIOR, 2014). Esta foi uma das formas de aumentar os rendimentos através da atividade extrativista. Com essa renda as quebradeiras pagam despesas da organização e tributos; organizam encontros; e reinvestem na fábrica (quando possível). O modelo horizontalizado de gestão, além de aumentar a autoestima, melhorar a percepção sobre a sociedade e emancipar essas mulheres, também lhes traz maiores rendimentos (DE ARAÚJO JUNIOR, 2014). Para realizar o beneficiamento de forma

mais estruturada e menos informal, as quebradeiras se unem em organizações do terceiro setor, como associações ou cooperativas.

2.1. TERCEIRO SETOR

A denominação de terceiro setor foi empregada, originalmente, por Levitt em 1973, para designar como um conjunto complexo e heterogêneo de entidades que são definidas por exclusão: não são públicas, mas não possuem fins lucrativos (ESCOBAR *et al.*, 2008). Desta forma, as organizações desse setor surgem para suprir certa deficiência nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente, uma vez que o Governo apresenta dificuldade em controlar a demanda da sociedade (MANÃS *et al.*, 2012).

2.1.1 Organizações do Terceiro Setor

A seguir serão elucidadas as organizações que fazem parte do Terceiro Setor e algumas características sobre elas.

- Associações: pessoas jurídicas, formadas pela união de pessoas que se organizam para a realização de atividades não econômicas. Os associados devem seguir o disposto nos artigos 53 e 54 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) (VOESE *et al.*, 2011);

- Cooperativas: empresas privadas de gestão coletiva criadas com o objetivo de combater o desemprego. Devem estar alinhadas a Lei Geral das Cooperativas nº 5.764/71, responsável por determinar a instauração e funcionamento deste tipo de organização (MAUAD, 2015). O Serviço Nacional De Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) agrupa as cooperativas de acordo com o ramo de atuação, que podem ser: agropecuário, transporte, crédito, trabalho, saúde, educacional, produção, habitacional, infraestrutura, consumo, mineral, turismo e lazer, e por fim especial (SESCOOP, 2012);

- Organizações sociais (OSs): Para Dutra e Luz (2010), a qualificação de Organização Social (OS) consiste em um título concedido pelo Poder Executivo às pessoas jurídicas de direito privado que não possuem fins lucrativos, e destinadas à execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, à saúde, ao desenvolvimento tecnológico, à cultura, ou à proteção e preservação do meio ambiente. Esse modelo organizacional é regido pela Lei Nº 9.637/1998;

- Organizações não-governamentais (ONGs): são entidades privadas sem fins lucrativos e com uma finalidade pública. Em geral, estão vinculadas a causas como direitos humanos, saúde, educação popular, meio ambiente, etc (Bitencourt et al, 2014). Um ponto importante sobre esse tipo de organização é que, diferentemente das outras, o termo ONG não está definido na legislação brasileira, logo, toda ONG existe ou sob a forma de uma associação ou sob a forma de uma fundação. Entretanto, esse termo não pode ser aplicado a todas as associações e fundações, mesmo que sejam organizações privadas sem fins lucrativos, como sindicatos e cooperativas (Gomes et al, 2012).

- Organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs): título atribuído pelo governo a entidades sem fins lucrativos que atuam em parceria com o Estado (ARRUDA *et al*, 2015). A definição de OSCIP é encontrada na Lei Nº 9.790/1999, que institui uma qualificação aplicável a pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos (associações ou fundações). Para Tavares Neto e Fernandes (2010) os estatutos das pessoas jurídicas que possuem interesse no título de OSCIP devem apresentar práticas de gestão administrativa que coibam a obtenção de privilégios em decorrência de participação nas decisões, e constituir um Conselho Fiscal com amplos poderes de fiscalização.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho usou a estratégia de pesquisa tipo estudo de caso de modo explanatório (analítico), pois com base na literatura apresentada e nas características identificadas nas organizações das quebradeiras utilizando amostragem intencional e por conveniência, composta por três organizações associativas beneficiadoras de babaçu na Região dos Cocais piauienses (Miguel Alves, Esperantina e União). A coleta de dados se deu por meio de entrevista não estruturada aos gestores das organizações e com um questionário semiestruturado aplicado aos *stakeholders* (interessados no negócio, colaboradores). Para análise dos dados se utilizou a técnica proposta por Yin (2001) Adequação ao Padrão onde é feito o comparativo de um padrão fundamentalmente empírico com outro de base prognóstica (baseado na literatura estudada).

4 RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

As sociedades empresariais em estudo são classificadas como associações em sua constituição jurídica, possuem a qualificação (título) de organização social e uma delas ainda dispõe do certificado de utilidade pública municipal. Tais organizações têm em média nove anos de funcionamento, variando de sete anos para a mais nova e doze anos a mais antiga. Quanto ao número de associados, este varia entre 35 a 250, sendo que uma delas possui 50% homens e 50% mulheres, enquanto que as demais são compostas apenas por mulheres.

Em relação à captação de recursos financeiros, as três dependem de receitas próprias (venda de produtos, prestação de serviços, etc.) e uma delas possui uma segunda forma de captação de recursos proveniente de fontes internacionais (característica das organizações não-governamentais). Apesar de todas possuírem o título de organização social nenhuma declarou receber auxílio financeiro do governo ou fazer uso de seus equipamentos.

No tocante ao estatuto, todas as sociedades empresariais estudadas disseram possuí-lo. Este estatuto é uma ferramenta de grande importância para o funcionamento da organização, pois nele estão contidas informações como direitos, deveres, objetivos, missões e estratégias. Ademais, ele é necessário em aplicações financeiras, como em um financiamento.

Quanto às principais atividades realizadas pelas associações, constatou-se que todas realizam o extrativismo do babaçu e a comercialização de produtos derivados dele (azeite, a farinha do mesocarpo e o carvão). Uma das organizações afirmou desenvolver uma atividade secundária, a agricultura familiar. Na organização que dispõe de homens em seu corpo de associados, lhes é dada a função de realizar as atividades que requerem maior esforço físico, como a coleta de babaçu, onde percorre-se grandes distâncias e com uma carga.

Pereira e Brito (1994) afirmam que ao se estudar as relações de poder em uma cooperativa agrícola, detectam-se a dimensão política e os conflitos de interesses na organização. Neste aspecto buscou-se abordar o fluxo de informações dentro das organizações. Em duas delas é realizado através de assembleias gerais onde a diretoria repassa aos outros associados os fatos mais relevantes, de maior importância. As informações mais rotineiras (operacionais) são transmitidas verbalmente de associado para associado. A 3ª associação

transmite todas as informações verbalmente, reunindo os presentes e explanando os fatos de forma uniforme.

4.2 ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO AO PADRÃO

O método escolhido para a análise dos dados foi o de adequação ao padrão, que compara um padrão de fundamento empírico com outro de base prognóstica. Partindo desse ponto, elaborou-se o Quadro 2, comparativo com as principais características de cada modelo de sociedade empresarial do terceiro setor descrito na revisão da literatura, como forma de identificar em qual delas as organizações estudadas melhor se encaixam. O quadro 2 foi preenchido de acordo com os questionários respondidos e as entrevistas realizadas. O modelo com mais marcações tende a ser o que melhor se encaixa a organização.

Analisando o Quadro 2 é possível visualizar que todas, apesar de se considerarem organizações sociais, não apresentam contrato de gestão, não realizam parcerias com o governo, logo não condizem com esse modelo.

A organização 1 apresenta características tanto de cooperativa como organização não-governamental, apresentando três características de cada modelo. Sua constituição jurídica é de associação e não depende apenas de receitas próprias, adequando-se mais ao modelo de Organização não-governamental, modelo este que no Brasil não possui uma constituição jurídica específica e recebe auxílio financeiro de fontes internacionais.

A organização 2 possui mais características (três) do modelo cooperativista, adequando-se mais a esse modelo. Por esse motivo, o ideal seria que ela procurasse rever sua constituição jurídica, buscando orientar-se pelos princípios estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI) aprimorando sua operacionalidade.

A organização 3 apresenta mais características do modelo de associação (sem qualificações) por apresentar todas as características específicas do mesmo, e por não fazer uso dos benefícios que o título de Organização Social oferece, como financiamento, estrutura e equipamentos do governo. Se essa sociedade elaborar um contrato de gestão poderá realizar parcerias com o Estado fazer uso desses benefícios.

Quadro 2- Análise de adequação ao padrão

Tipos e característica padrão	Org. 1	Org. 2	Org. 3
Associação			
Regida pela constante nos arts. 53 e 54, da Lei nº 10.406/2002	x	x	x
Convocação de assembleias gerais para fluxo de informações importantes	x		x
Certificações (utilidade pública, filantropia)			x
Cooperativa			
Autogestão (sem influência política)	x	x	x
Própria fonte de recursos financeiros (cooperados e comercialização de produtos)	x	x	x
Os proprietários e responsáveis pela gestão são os próprios usuários	x	x	
Adequação aos princípios da ACI			
Organização não-governamental – ONG			
Promove desenvolvimento econômico local	x	x	x
Utiliza o meio ambiente de forma sustentável	x	x	x
Independente do lucro para funcionalização			
Financiada por agências de cooperação internacional	x		
Organização Social			
Possui qualificação (título) de Organização Social	x	x	x
Recebe recursos financeiros do Governo			
Administra bens e equipamentos do Estado			
Submete-se a um contrato de gestão			
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP			
Possui qualificação (título) OSCIP			
Seu estatuto segue a Lei Federal 9.790			
Realiza parceria com o governo			
Presta contas após cada exercício financeiro ao órgão estatal parceiro			

Fonte: Elaborado e adaptado a partir de: Bialoskorski (1994), Bobbio (1995), Osborne e Gaebler (1995), Albuquerque (1998), Brasil (1998), Salamon (1998), Carrion (2000), Landim (2002), Paes (2003), De Oliveira e Mânica (2005), De Albuquerque (2006), Szazi(2006), Tenório (2006), Dutra e Luz (2010) e Presno (2013), autores(2022)

4.3 LIMITAÇÕES DAS ORGANIZAÇÕES

As limitações descritas nos questionários no tocante ao babaçu são relacionadas à precariedade na coleta e beneficiamento. Quanto à coleta, os fatores destacados são: a distância das comunidades aos babaçuais e escassez do coco, que fazem com que as quebradeiras percorram grandes distâncias carregando elevadas cargas.

Ainda sobre o acesso ao babaçu, constatou-se que a maior parte das palmeiras se encontra em áreas privadas, dominadas por grandes proprietários de terras que impedem as associadas de entrarem nessas regiões e retirarem o fruto. Tal limitação leva ao confronto de ideias entre a propriedade e a posse da terra, uma vez que a noção de propriedade como o instituto jurídico

de ordem civil definido no Código Civil é: a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que, injustamente, a possua ou detenha. Por outro lado, a posse, de acordo com o mesmo código, caberia a todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum desses poderes inerentes à propriedade (MARTINS et al., 2014).

Os fatores críticos descritos pelos *stakeholders* são: a ausência de estrutura e equipamentos apropriados, pois grande parte faz uso de machados e toras de madeira para quebrar o coco e extrair a amêndoa, sem condições de higiene. As limitações socioculturais são direcionadas a resistência dos maridos em aceitar que as companheiras trabalhem fora do lar, principalmente em atividades não domésticas e por muitas famílias ainda possuírem estrutura patriarcal, a palavra do homem é decisiva. Em razão disso muitas mulheres se retiram das associações mesmo contra sua vontade.

Durante as entrevistas constatou-se também que as organizações sofrem com a concorrência desleal de alguns atravessadores que agem de má fé ao comprar de pequenos produtores, amêndoas e derivados a preço de custo aproveitando da baixa instrução que os mesmos possuem. Como forma de combater a ação desses atravessadores, a CONAB aplicou a política do preço mínimo para a comercialização da amêndoa do babaçu e de alguns de seus derivados. Esta política baseia-se no sistema de suporte de preços e tem por objetivo o aumento do preço de determinado produto, de tal forma que os produtores dessas mercadorias possam obter uma renda mais elevada (PINDYCK et al, 2002).

Ao final dos questionários foi dado um espaço para que os pesquisados fizessem observações relacionadas ao trabalho, sendo constatada insatisfação com o retorno de pesquisas acadêmicas, que segundo os representantes os estudos não lhes trazem benefício prático.

4.4 BENEFÍCIOS ORIUNDOS DAS ORGANIZAÇÕES COLETIVAS

Com a realização do trabalho, constatou-se que os principais benefícios provenientes dessas organizações nas comunidades são a melhoria financeira dos associados através da comercialização do babaçu e seus derivados e a mobilização comunitária.

Com a comercialização desses derivados as comunidades viabilizam uma atividade econômica durante a entressafra. Essa mobilização comunitária reúne os moradores em um objetivo comum, aumentando a interação entre eles.

Para solucionar alguns problemas das associações e melhorar pontos descritos nos questionários, como a baixa integração entre as comunidades e ausência de mecanização no processamento de babaçu, é necessário propostas que possam ser desenvolvidas. Um exemplo é o fortalecimento de parceria entre as organizações beneficiadoras, para que uma dê suporte a outra.

A escassez de babaçu é tida como principal limitação, pois sua ausência impossibilita o funcionamento das mesmas. Uma vez que o babaçu não é passivo de cultivo, as beneficiadoras têm de buscá-lo em localidades de difícil acesso ou em áreas privadas de domínio dos grandes proprietários de terras, que restringem ou impedem o acesso delas.

Por fim, foi proposto, as associações estudadas, a completa adequação aos modelos tidos como ideais para o tipo de estrutura organizacional apresentado por elas, minimizando problemas relacionados à captação de recursos financeiros, fluxo de informações e definições que devem estar presentes em seu estatuto.

5 CONCLUSÕES

Com a análise da tipologia das organizações estudadas viu-se que apesar de possuírem o título de organização social, nenhuma delas possui um contrato de gestão, o que lhes permitiria fazer uso de equipamentos e instalações do governo, potencializando seu funcionamento e conseqüentemente seus resultados.

Com base nos dados obtidos, foi realizada uma análise da estrutura organizacional dessas sociedades empresariais, sendo observado que elas trazem benefícios às comunidades onde estão inseridas, promovendo o desenvolvimento econômico e social, mesmo enfrentando limitações operacionais diárias, como escassez de babaçu, baixa produtividade, ausência de equipamentos e estrutura que auxiliem o trabalho, e o machismo de alguns maridos que não aceitam que suas esposas trabalhem fora de casa principalmente em atividades que não sejam domésticas.

Também se notou uma insatisfação com o retorno das pesquisas acadêmicas, que não lhes trazem nenhum benefício prático ou ganho significativo, pois segundo eles depois da coleta dos dados os pesquisadores não retornam para implantar as melhorias propostas. Por isto, sugere-se que os próximos trabalhos busquem promover melhorias quanto a execução das atividades que as organizações possam fazer uso. Sendo repassado para as associações as melhorias.

REFERÊNCIAS

- ALBIERO, Daniel et al. Proposta de uma máquina para colheita mecanizada de babaçu (*Orbignyaphalerata Mart.*) para a agricultura familiar. **Acta amazônica**, v. 37, n. 03, p. 337-346, 2007.
- ARRUDA, Sérgio Chaves et al. Cultura de aprendizagem e desempenho organizacional em OSCIPS. **Revista Pretexto**, v. 16, n. 2, p. 98-116, 2015.
- BIALOSKORSKI Neto, S. **Agribusiness Cooperativo: Economia, Doutrina e Estratégias de Gestão**. Piracicaba: USP/Esalq, 1994.
- BITENCOURT, Claudia; OLIVEIRA, Talita. Dependência e Criação de Trajetória na Organização Não Governamental Parceiros Voluntários/Path Dependence and Path Creation in VolunteerPartners, a Non-GovernmentalOrganization. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 18, n. 3, p. 351, 2014.
- BOBBIO, Norberto. SOCIEDADE CIVIL. Em: BOBBIO, Norberto et al. dicionário de política. 8. Ed. Brasília: Editora UNB, 1995.v.2, p. 1210-1211.
- BRASIL, **Organizações Sociais**. Ministério da Administração e Reforma do Estado. (Cadernos MARE da Reforma do Estado, v. 2), 1998.
- DA SILVA, Antonio Joaquim; ARAÚJO, José Luís Lopes; DE BARROS, Roseli Farias Melo. O DESAFIO DO BABAÇU (*ORBIGNYA SPECIOSA MART. EX SPRENG*) NO PIAUÍ. **Raega-O Espaço Geográfico em Análise**, v. 33, p. 44-74, 2015.
- DE ALBUQUERQUE, Antonio Carlos Carneiro. **Terceiro setor: história e gestão de organizações**. Summus Editorial, 2006.
- DE ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger; DMITRUK, Erika Juliana; DA CUNHA MOURA, João Carlos. A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão¹. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, v. 35, n. 68, p. 129-158, 2014.
- OLIVEIRA, Gustavo Justino de; MÂNICA, Fernando Borges. Organizações da sociedade civil de interesse público: termo de parceria e licitação. **Boletim de Direito Administrativo**, 2005.

DUTRA, Ademar; LUZ, Mara Regina Hermes. Avaliação do desempenho de organização social: a experiência do estado de Santa Catarina. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 2, n. 2, p. p. 141-161, 2010.

ESCOBAR, Julio Jiménez; GUTIÉRREZ, Alfonso Carlos Morales. Terceiro setor e univocidade conceitual: necessidade e elementos configuradores. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 84-95, 2008.

GOMES, Magno Federici; PORTES, Daniela Duarte. Administração pública e terceiro setor. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 10, n. 2, p. 136-139, 2012.

LANDIM, Leilah. Múltiplas identidades das ONGs. **ONG e universidades: desafios para a cooperação na América Latina**. Editora Fundação Peirópolis, São Paulo, p. 17-50, 2002.

MAÑAS, Antonio Vico; DE MEDEIROS, Eptácio Ezequiel. Terceiro setor: um estudo sobre a sua importância no processo de desenvolvimento sócio-econômico. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 2, n. 2, p. 15-29, 2012.

MARTINS, Pedro Sergio Vieira; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka; NETO, Joaquim Shiraishi. O direito de propriedade ressignificado por quebradeiras de coco babaçu: a atualização da experiência no uso comum de recursos em uma comunidade tradicional. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, v. 38, n. 2, p. 241-267, 2014.

MAUAD, Marcelo José Ladeira. As cooperativas de trabalho e sua relação com o direito do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 6, n. 1, 2015.

MAY, P.; NETO, F.C.V.; POZO, O.V.C. **Valoração econômica da biodiversidade**. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2000. 90pp.

OSBORNE, David & GAEBLER, Ted. **Reinventando o governo**: como o espírito empreendedor está transformando o setor público. 9.ed. Brasília: MH Comunicação, 1995.

PAES, José Eduardo Sabo. **Fundações e entidades de interesse social: aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**. Brasília Jurídica, 2003.

PEREIRA, V. DA G.; BRITO, M. J. DE. A organização como um sistema político: um estudo do poder entre os membros da diretoria de uma cooperativa agrícola. In: XVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPAD (1994: Curitiba). **Anais...** Curitiba: ANPAD, 1994. v. 4. p.168-176.

PINDICK, R. S; RUBINFELD, D. L. **Microeconomia**. 5. ed. Tradução e revisão técnica: Professor Eleitério Prado. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PRESNO, Nora. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 1, 2013.

SALAMON, Lester. A emergência do terceiro setor—uma revolução associativa global. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 33, n. 1, 1998.

SESCOOP/OCB. Relatório da Gerência de Monitoramento - Março 2012 – “Panorama do Cooperativismo Brasileiro – ano 2011. Disponível em: http://www.ocb.org.br/gerenciador/ba/arquivos/panorama_do_cooperativismo_brasileiro__2_011.pdf. Acesso em: 12/4/2015

SILVA, A. P. S. **Caracterização físicoquímica e toxicológica do pó de mesocarpo do babaçu** (*Orbignya phalerata* Mart): subsídio para o desenvolvimento de produtos. Dissertação (Mestrado em Ciência Farmacêutica) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, PI, 2011.

SILVA, Leididaina Araújo *et al.* **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, 2014.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor: regulação no Brasil.** Editora Peirópolis, 2006.

TAVARES NETO, J. Q.; FERNANDES, A. O. Terceiro setor e interesses coletivos: as alternativas sociais na busca da cidadania. **Sequência**, v. 31, n. 60, p. 371-390, jul. 2010.

VOESE, Simone Bernardes; REPTCZUK, Roseli Maria. Características e peculiaridades das entidades do terceiro setor. **Contexto**, v. 11, n. 19, p. 31-42, 2011.

WUNDER, S. **Value determinants of plant extractivism in Brazil.** Center for Development Research. Copenhagen, 1998. 210pp.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2ª edição, Porto Alegre/RS: Bookman, 2001.